

Daniel Jesus de Souza Prazeres, Suzete Venturelli *

Manifesto da Natureza

*

Daniel Jesus de Souza Prazeres é arquiteto e urbanista, doutorando em Design pela Universidade Anhembi Morumbi (2022), Bolsista PPGDesign UAM – PROSUP-CAPEs. Mestre em Design pela Universidade Anhembi Morumbi. Especialização em Gestão de Projetos e Design de Interiores. Docente da Faculdade Belas Artes e SENAC.

<dprazer@danieldprazer.com.br>
ORCID: 0000-0003-4203-1326

Suzete Venturelli é professora e artista_designer computacional da Universidade Anhembi Morumbi (PPGDesign) e Universidade de Brasília (PPGAV). Pesquisadora do CNPq. Coordena o MediaLab/UAM. Participa de congressos e exposições nacionais e internacionais.

<suzeteventurelli@gmail.com>
ORCID: 0000-0003-0254-9286

Resumo O presente artigo busca refletir sobre a natureza e o ativismo na cidade inteligente, questionando o planejamento, administração e organização dos espaços urbanos que envolvem a tecnologia, buscando maior eficiência e lucro para as instituições e alguns grupos sociais. As ações sustentáveis ou de preservação são vistas como um ataque, na medida em que definem a natureza como uma entidade separada e imutável. Nesse aspecto, o texto conceitua brevemente o termo “Natur.vismo”, criado pelo autor deste artigo, que consiste na união das palavras “natureza” e “ativismo” entendida como uma construção social, conforme a visão de Bruno Latour e Edward O. Wilson. O Manifesto da Natureza aborda o contexto das cidades com o objetivo principal de conscientizar a população, especialmente os grupos sociais que, diante da necessidade de sobrevivência, se afastam das decisões. Através do manifesto, busca-se impulsionar o debate cultural e social no que tange os acontecimentos urbanos.

Palavras-Chave Natureza, Cidade, Ativismo, Desigualdades sociais.

Manifiesto of Nature

Abstract *This article aims to reflect on nature and activism in the smart city, questioning the planning, administration and organization of urban spaces that involve technology in the search for greater efficiency and profit for institutions and some social groups. Sustainable or conservation actions are seen as an attack, as they define nature as a separate and unchanging entity. In this regard, the text briefly conceptualizes the term “Natur.vismo”, crafted by the author of this article, which consists of the fusion of the words “nature” and “activism”, understood as a social construction according to the vision of Bruno Latour and Edward O. Wilson. The Manifesto of Nature addresses the context of cities with the main objective of making the population aware, especially social groups that, faced with the need for survival, withdraw from decisions. The manifesto seeks to boost the cultural and social debate regarding urban events.*

Keywords *Nature, City, Activism, Social inequalities.*

Manifiesto de la naturaleza

Resumen *Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la naturaleza y el activismo en el contexto de la ciudad inteligente, planteando interrogantes acerca de la planificación, administración y organización de los espacios urbanos que incorporan tecnología, con el propósito de lograr una mayor eficiencia y rentabilidad para las instituciones y ciertos grupos sociales. Sin embargo, a menudo se perciben las acciones sostenibles o de conservación como una amenaza, al considerar a la naturaleza como una entidad ajena e inmutable. En este sentido, el texto introduce el término ‘Natur.vismo’, acuñado por el autor de este artículo, que fusiona las palabras ‘naturaleza’ y ‘activismo’. Este concepto se entiende como una construcción social, en consonancia con las perspectivas de Bruno Latour y Edward O. Wilson. El Manifiesto de la Naturaleza aborda la realidad de las ciudades con el objetivo principal de sensibilizar a la población, en particular a los grupos sociales que, debido a la lucha por la supervivencia, tienden a quedar al margen de las decisiones. Mediante este manifiesto, se busca estimular el diálogo cultural y social en relación a los acontecimientos urbanos, con la intención de fomentar una mayor conciencia sobre estos temas.*

Palabras clave *Naturaleza, Ciudad, Activismo, Desigualdades sociales.*

Introdução

A discussão sobre o tema da natureza no espaço urbano tem se tornado relevante a cada impacto ambiental, evidenciada por mobilizações e ações de pessoas e grupos ativistas que buscam compreender, estimular e transformar o espaço que ocupamos, de modo a fazer frente aos desafios sociais e culturais criados e enfrentados no dia a dia, na tentativa de restaurar a convivência do indivíduo com o meio ambiente.

Os indivíduos negligenciam a conexão com a natureza em atos com efeitos prejudiciais aos recursos naturais¹ e no descumprimento do comportamento sustentável, o que resulta contraditório na ocupação e definição dos espaços urbanos em oposição ao conceito de preservação.

O ativismo sustentável no espaço urbano aborda questões ambientais no despertar da consciência coletiva, como forma de contribuir para ações de preservação e proteção da natureza. Promove o acesso a questões emergentes e propõe mudanças em nome de uma abordagem que evidencie responsabilidades e desafie práticas consolidadas pelos grupos hegemônicos².

Apresentar o conceito da natureza e do ativismo é de grande complexidade. Contudo, é possível definir um breve cenário e o prelúdio conceitual acerca das mudanças climáticas, da natureza e das cidades em meio ao questionamento do comportamento da sociedade.

Acrescente-se ao texto uma apresentação da terminologia *Naturalismo*, cunhada pelo autor deste artigo a partir de suas vivências nos campos profissionais de arquitetura paisagística e de docência. Com esse fim, o presente texto busca articular o pensamento dos teóricos Bruno Latour (2004) e Edward O. Wilson (1984) e introduzir a conceituação do termo.

O conceito parte da trifulcação entre o indivíduo, a natureza e o ativismo. Seu ponto de equilíbrio está justamente na convergência entre as demandas de cada um dos caminhos sem que nenhum deles seja suprimido ou excluído, sempre com olhos postos no equilíbrio existencial da vida humana na natureza. Associada a concepção *Deleuzeana*³, os três produzem impacto entre si rizomaticamente.

Assumida a forma de manifesto, aqui será proposta uma narrativa-síntese de cunho político, cultural e social com protagonismo da sustentabilidade nos âmbitos social, econômico e pessoal, estimulando ações e discussões sobre as pessoas em seu relacionamento com as materialidades e o uso dos recursos naturais com o propósito de manter a vida urbana.

Nesse cenário, a natureza e o indivíduo caminham lado a lado. Manter a existência humana pode ter o significado de usurpar os recursos naturais, e o ativismo equivale às reverberações numa tentativa de trazer consciência e lembrar a presença dos indivíduos como parte da natureza, bem como a responsabilidade coletiva por sua proteção sob a forma de soluções sustentáveis e criativas, e do design a serviço das necessidades humanas.

Natur.vismo

O ato de imaginar e criar ideias em estruturas tangíveis como a natureza, pessoas e o ativismo envolve a sintetização de diversos elementos explorando conexões para sugerir, inspirar, influenciar pensamentos e a tomadas de decisões.

O conceito do Natur.vismo surge de ideias envolvendo materialidades da natureza e aquelas idealizadas e produzidas pelas pessoas. Esse princípio e a sustentabilidade, somados, adicionam uma abordagem no campo acadêmico que pretende evidenciar a conexão entre a natureza, pessoas e o ativismo nos espaços das cidades. É um termo tríplice, e utilizou-se da operação morfológica *portmanteau*⁴ para buscar sentido fonético e dar consistência às ideias que abrange.

A palavra “Natureza” foi utilizada como base da escrita. No entanto, carrega uma complexidade linguística e conceitual. Segundo Raymond Williams (2007, p.293), aí é possível “distinguir três campos de significado”: o primeiro é a qualidade e o caráter essencial de algo; o segundo como uma força que dirige as pessoas; por fim, o mundo e o próprio mundo material incluindo ou excluindo as pessoas.

Williams (ibidem, p.297) a natureza, como a “condição primitiva anterior à sociedade humana”, a sabedoria acumulada pelo tempo e concentrada nas composições genéticas de cada espécie da fauna e da flora. A esse mesmo conceito da natureza pode ser concedido um sentido mítico ou religioso; no entanto, essa abstração é permeada por um sentimento de pecado, culpa, conformismo, bonificações, indutos e aceitações em que, mesmo quando há agressões graves, há o perdão.

Segundo Latour (2004, p.25), a intenção não é uma natureza maternal, mas um posicionamento que é político e ativo. Sua consciência genética e existencial é coerente, assim como a razão que impera nas atitudes de todos os indivíduos. Logo, não há separação entre “humanos e não humanos”, e dividi-las em categorias as limita e torna contraditórias.

Latour (2004) observa ainda que as práticas políticas e científicas definem como a sociedade compreende a natureza, e propõe necessários modelos de estudo mais democráticos, de modo a incluir a diversidade dos atores sociais, cientistas, políticos e cidadãos para participarem do processo e da tomada de decisões. Para Wilson (1984, p.200) “os avanços na conservação também foram subordinados a caprichos e necessidades sociais de curto prazo”⁵, o que sugere que as ações de preservação devem ser ampliadas para além da existência de quem promove a ação ou as diretrizes, sustentando a intenção de perpetuação da espécie humana e recusando o uso das relações políticas para o controle ou lucro sobre os recursos naturais.

Não obstante, Williams compreende que o entendimento da natureza atribui a ela características de “inocente, desamparada, segura, insegura, frutífera, destrutiva, uma força pura, manchada e maldita” (2007, p.297), o que sugere que há reações diante das ações dos indivíduos, as quais não devemos compreender como retaliação, mas como uma comunicação entre

as pessoas e o meio, dada a capacidade “extraordinária de acumulação de conhecimento sobre os reais processos evolutivos e as relações altamente variáveis entre os organismos e seus ambientes” (ibidem, p.299). Por outro lado, isso permite diagnosticar ou supor antecipadamente qualquer catástrofe ou problemas que possam interferir na sociedade.

Para Latour (2004, p.95), “os termos “natureza” e “sociedade” não designam os seres do mundo ou os cantões da realidade, mas “uma forma muito particular de organização política”. Essa relação não é neutra, e sim o modo como os indivíduos relacionam-se politicamente com o meio ambiente via interpretação e construção social.

Consequentemente, o uso da palavra Natureza na terminologia aqui criada envolve questões da sociedade, política e ciência. A supressão das letras ‘e’, ‘z’ e ‘a’ justifica-se pelos fatos de a existência humana na contemporaneidade se manter em curso e o uso de recursos naturais ser imprescindível.

As ações dos indivíduos e a capacidade de selecionar o que será retirado da natureza, como essa extração será feita e qual será a destinação também dizem respeito ao ato de pré-seleção das letras suprimidas coexistindo com a maneira como definem os valores econômicos e o modo como catalogam o que será usado do meio ambiente: a energia (eólica, solar, hídrica); o eucalipto e demais madeiras para produção de papel e derivados; o estanho como base de outros metais; a extração de minérios (zircônia, zinco, zeólitos entre outros); a extração dos metais utilizados na produção de aparelhos tecnológicos e, por fim, a água que é a base da sobrevivência humana e utilizada na produção e industrialização de tudo o que é consumido.

Mas a lente dessa análise não é pessimista ou otimista. A ideia de natureza e de sua preservação envolve as construções culturais e perspectivas que moldam as decisões políticas (LATOURE, 2004); ela recai sobre a conscientização que dispara o interesse e o que resulta de cada escolha de consumo. A cidade vista como uma superfície define os “modos de ver e viver, organiza regras sociais e políticas, conformada por valores e experiências” (MORAES, 2019 p.61), torna-se um fenômeno das percepções humanas e da dinâmica cultural.

Para Williams (2007, p.294) a capacidade de agir que chamamos de ativismo é parte da natureza humana; “uma qualidade e uma característica essenciais dos seres humanos de fazer algo”. Com esse pressuposto, o ativismo está inserido no conceito da natureza.

Na perspectiva e construção dessa terminologia, o ativismo se estabelece pela construção de mudanças sociais, políticas, ambientais ou culturais, mas também pela escolha do caminho a seguir conforme os valores e crenças de uma sociedade, como facilitador da vida.

A natureza não pode ficar desassociada das pessoas e da política; essa relação é interconectada. Para Latour (2004, p.100), “se fosse suficiente, para resolver as crises ecológicas, reunir ‘o homem e a natureza’, a crise constitucional que elas desencadearam já teria passado há muito tempo”.

Como se não bastasse, a sustentabilidade está subsidiada pelas necessidades e diretrizes do crescimento econômico. O autor observa que separar a natureza da sociedade reduz e impede a compreensão e a capacidade de resolver e propor soluções efetivas.

Com efeito, é preciso incluir diferentes atores humanos e não humanos para discutir o papel da natureza e da sociedade: incluir os elementos naturais, tais como animais, plantas, rios e componentes da natureza; tecnologias e ferramentas que moldam e interagem nas cidades; culturas constituídas pelos símbolos, signos e narrativas das diversas áreas; e entidades regulamentadoras, tais como entidades, empresas, leis, entre outras. Para Moraes (2019, p.67), trata-se de um processo contínuo e iterativo, no qual cada pessoa é moldada e formada pelos valores e experiências de vida, ultrapassando os limites do que considera real e, por meio da imaginação, transforma a si mesma e o entorno. Consiste em uma relação contínua de ações e influências que constroem e modificam as narrativas da vida. Da mesma maneira, para Wilson (2018, p.13) “a condição humana é produto da história”, e deve considerar as evoluções biológicas e culturais em sua totalidade. Em vista disso, a capacidade de preservação é algo aprendido e cultural de cada sociedade.

Para Latour (2004, p.103), “no termo ‘coletivo’, é justamente o trabalho de coletar em um todo que desejamos sublinhar”. Dessa forma ao suprimir da palavra Ativismo as letras ‘a’, ‘t’ e ‘i’, remetemos à ação humana do uso dos recursos naturais e à tecnologia que será aplicada a cada base retirada da natureza com a intenção de produzir artefatos que vão servir à vida das pessoas. Não obstante, a conscientização dos atores que inclui o coletivo deve ser considerada nas diretrizes e nos pensamentos que envolvem política e sustentabilidade.

Por fim, o elo de conexão entre a natureza e o ativismo é dado pelo Ponto de ligação no novo termo. Costuma ser uma pontuação gramatical que define o fim de uma ideia, afirmação, frase, é um encerramento ou conclusão. Todavia, o fato de estar no meio da palavra condiz com uma analogia poética da convergência do tríplice: natureza + indivíduo + ativismo, em que os caminhos precisam de equilíbrio e não há solução, conclusão ou diretriz que efetivamente atribua o ônus da agressão ao meio ambiente. Assim, torna-se o ponto de início da ação que cada pessoa irá escolher priorizando a natureza ou as materialidades que consome. Para Wilson (2018, p.99), “o impacto humano sobre a biodiversidade é um ataque a nós mesmos”, que define como agentes da destruição HIPPO, sigla em inglês que significa: perda de habitat (H), espécies invasoras (I), ou espécies animais ou vegetais que causam prejuízo ao meio ambiente e às pessoas; Poluição (P); Superpopulação (P) e Superexploração (O)⁶.

Graficamente, dividem-se cinco letras para cada lado, induzindo a uma percepção de equilíbrio que remete ao tempo - o passado das atividades humanas, o uso dos recursos naturais e as lições apreendidas, - o presente no que tange as tecnologias que minimizam o ônus do passado e propõem soluções no porvir, - e o futuro, que reflete intenção, ideia e

convívio consciente e ético das pessoas com a natureza. Principia em uma estabilidade e constância das ações no uso dos recursos para atender as necessidades humanas e urbanas através de escolhas que reverberam na vida, e conseqüentemente, na consciência das pessoas e no meio ambiente.

Manifesto da Natureza

Natur.vismo, esse é o *modus operandi* da contemporaneidade. Não há mais interlocutor, mas a própria natureza em ação ativista, buscando seu lugar e igualdade nas cidades; seu discurso não é egoísta e o benefício não compete às cifras bancárias; inclui pessoas em seu hall da preservação, mas com o objetivo de integração; do passado hostil e agressivo e do presente consumido pela vaidade, poder e lucro para um futuro incerto dos espaços naturais ocupados pelas pessoas.

Compreenda que o esclarecimento e as ambições em nada ferem, reduzem, limitam ou se sobrepõem às necessidades humanas. Tudo consiste em dosar igualmente as necessidades efetivas da própria sobrevivência. A tecnologia e a informação são aliadas importantes, capazes de mensurar os danos e minimizar o ônus futuro. Utilize este manifesto para alertar o inevitável e replicável modelo urbano, e o protagonismo de atores prejudiciais que desenvolvem as cidades.

O Natur.vismo traz uma mensagem educada e sensível às necessidades humanas mas incisiva em seu objetivo, que é a conscientização de uma espacialidade urbana que não favorece a natureza, e conseqüentemente prejudica a existência dos indivíduos. O som de preservação é compartilhado por árvores, palmeiras, canteiros, jardins, terrenos baldios, animais, e principalmente pelo lamento daqueles que vivem nesses espaços. A mensagem é consequência de um triálogo entre a natureza, a cidade e o indivíduo com suas lamúrias, mas é clara, enfatizando que não existe dualidade com um ganhador e um perdedor. Não é hierarquia em três níveis, mas um caminhar acompanhado.

Para a natureza, estar presente é a transição da materialidade corpórea e orgânica para a aura que envolve o ciclo da vida; não há angústia em registrar sua presença, pois sua existência é cíclica, e o ato de perecer serve para nutrir o infante e perpetuar a memória e a história da espécie. A composição genética é o maior e mais complexo servidor informacional da natureza: constante, adaptável e persistente. A humanidade constantemente busca recriar; mas sem compreender essa essência, serão produzidas caixas cheias de fios e vazias de consciência.

Os indivíduos são parte do complexo ciclo da natureza. Devem incluir-se como partes desse todo e compreender que a menor partícula, quando subtraída, impacta a totalidade da perfeição. A natureza é erudita e compreende as necessidades das pessoas, e sua adaptabilidade garante coexistir entre as materialidades criadas, mas exige inteligência para abarcar todas as possibilidades capazes de reduzir os impactos ao meio ambiente;

ela é altruísta e confia na capacidade geradora e criativa dos indivíduos, mas questiona veemente a cobiça e a superficialidade que permeia suas ações.

Para cada ação urbana contra a natureza surge uma compensação explorada econômica, social e politicamente. A agressão é rotulada com beleza subsidiada através de selos de sustentabilidade, certificações, benefícios, outorgas, multas ou anistias aos malefícios impostos, todas com o propósito de validar os danos: para cada façanha uma compensação. Nesse ponto a memória torna-se numérica, e colocar o protagonismo da natureza na espacialidade é garantia de prejuízo. Ser sustentável não deveria ser uma escolha, e sim o caminho. Mas a exceção no espaço urbano está em ações que efetivamente priorizam a natureza - cidades sem privilégios sociais, para todos sentirem a grama nos pés e viverem a imersão na natureza, conectando-se com o ócio criativo e, através dessa experiência, serem capazes de propor tecnologias verdes e realmente sustentáveis.

O crescimento rápido da cidade, metrópole, megalópole pode se parecer com as raízes de árvores, mas contradiz o ciclo contínuo de vida e morte, uma vez que o urbano existe e expande seu território, torna-se presente na humanidade, capaz até de fragmentar sua materialidade, mas incapaz de deixar de existir. A expansão torna-se o registro da má qualificação daquilo que já ocupa, a necessidade não é de gerar mais cidades ou ampliar as que existem, mas requalificar o que já impactou, fazendo uso de empatia, solidariedade, igualdade e irmandade para partilhar entre os iguais.

A cidade posiciona-se como um organismo complexo de concreto, ferro e pedra, vive para ser consumida e para consumir aqueles que habitam seu interior. O concreto persiste, resiste, insiste em agredir o natural. Sob seu solo há um emaranhado de fios, tubos e sistemas, a cidade é loteada para atender as necessidades de infraestrutura, automação, energia, comunicação e redes. Tudo se torna produto, comercializa-se e consome o que está acima e abaixo da terra.

As águas das cidades foram intencionalmente encapsuladas e silenciadas; debaixo das avenidas murmuram por libertação e sinalizam sua existência e a deliberação de soltura. Solidárias aos rios, cada gota de chuva se une e acumula rapidamente em protesto ao desrespeito e anulação do curso das águas, na tentativa de desacelerar a cidade e repensar os danos. Permitir áreas generosas entre suas edificações para receber luz solar será a garantia de que as chuvas não sobrecarreguem os sistemas subterrâneos de esgoto, a garantia de que o lençol freático continuará farto e subsidiando a vida das pessoas.

As águas enterradas e intubadas devem emergir e compor o espaço urbano, a elas não deve ser atribuída a função de encaminhadora de dejetos. Existem tecnologias que permitem o tratamento adequado das águas e a consecução da vida nesses sítios, com peixes e outros animais capazes de nutrir e coexistir com os humanos.

O domínio da terra é sobre e sob a superfície. Tudo que está tanto à vista quanto escuso aos olhos é comercializado e precificado, em sobreposições multidisciplinares, cada qual com sua função e atribuições. A natu-

reza se torna presente, enaltece sua existência em oposição à manipulação do espaço que garante mais lucro e poder para poucos. A mensagem da natureza ecoa abafada em meio à fumaça dos automóveis que percorrem encruzilhadas pavimentadas sem início ou fim; organismos postiços feitos de cal, areia e pedra emergem do solo, próximos uns dos outros, bloqueiam a luz do sol. Em sua sombra brotam as cifras que controlam e manipulam a terra e a mão de obra.

As edificações e os telhados deveriam ser mais verdes. Essa solução não deveria ser adotada como adorno ou para ganhos mercadológicos, mas sim com o propósito de equilibrar o conforto ambiental e conectar com a fauna, permitindo que pequenos animais convivam harmoniosamente com os indivíduos.

Transeuntes caminham em transe pelas calçadas, com mentes conectadas em realidades alternativas cuja existência perecível está a dois toques dos dedos. Vislumbram a cidade com olhar viciado, percorrem seus espaços e transpõem os obstáculos urbanos e os ônus sociais. E seguem sem empatia.

O objetivo é caminhar do ‘aqui’ para o ‘ali’; o tempo entre os dois pontos é amortecido pela imersão em telas e a falta de mobilidade da cidade. É a cultura da produtividade, onde o pensar, estar ocioso, criar tornam-se o anti-herói da contemporaneidade.

Murmúrios são proferidos por pequenos grupos, dirigidos a uma massa que os ignora por viver em realidades fictícias e em bolhas sociais distantes de outras realidades. Essas vozes ecoam na cidade: sua existência, sua diversidade, a pluralidade do ser e estar no espaço urbano exigem sua visibilidade e a garantia de pertencimento.

Mas prossegue a partitura do pranto, constantemente silenciada e enterrada. E eles seguem pedindo igualdade e caminham, carregam as pedras que foram lançadas, manchadas com o sangue e suor de quem os precedeu. Perdem-se os personagens e os ativos sociais, e essa queda não acompanha a ascensão daqueles que lutam por melhorias nos poderes políticos.

Há um eco no poder e na capacidade de vislumbrar um futuro igualitário e colaborativo; e embora sejam ancestrais e intrínsecos para a natureza, esses valores continuam sistematicamente negligenciados pelos humanos.

A mensagem continua a ecoar, mas está abafada pelo som sintetizado da cidade; são carros, celulares, sistemas de comunicação, entretenimento e músicas que contam histórias vazias a serem consumidas por todos os meios. Onomatopeias eletrônicas pulverizam e evidenciam o status social, o narcisismo, egoísmo e lutas vazias pautadas no ego, em que o parecer algo é mais importante do que ser, e o registrar supera a necessidade de estar.

A natureza persiste conectada com as pessoas para que elas construam um novo *modus operandi* na cidade, e se propõe a percorrer livremente em meio à expansão urbana, não para atender necessidades quantitativas de planejamento urbano ou códigos de construções, mas em busca de atender as necessidades psíquicas que somente o contato ancestral com a natureza oferece à saúde física e mental. E é rechaçada. No espaço urbano,

essa garantia está destinada somente àqueles que carregam as cifras necessárias; aos demais resta o mínimo para a sobrevivência, com o propósito único de servidão.

A natureza não compreende essa relação de servir e ser servido, e expõe sua *expertise* na tentativa de desempenhar essa anedota vivida pelos indivíduos. Apresenta a igualdade entre as espécies vegetais: todas, independentemente de localização e posição, têm a oportunidade de chegar a sua forma plena. Uma árvore na serra ou na planície irá florescer, multiplicar-se e consumir o necessário em um ciclo limpo de vida e morte; pode ter flores brancas, cor-de-rosa, vermelhas ou amarelas, de tronco liso ou rugoso. Entre elas, a diversidade é aceita e incentivada, e são unidas, mesmo em face dessa variedade de aspectos. Algumas crescem rápido e aproveitam o melhor do solo, da água e do sol; e quando chega sua finitude, perecem; e dali emergem as árvores de crescimento mais lento que foram fortalecidas e acolhidas sob outras copas. Árvores, palmeiras, arbustos, forrações, insetos e animais estão em um ciclo de existência harmônico. É com base nessa premissa que dialogam com a cidade para garantir um futuro de humanos solidários e empáticos: não há servidão, e sim colaboração – esse é o objetivo da natureza. Nos vazios que oferece debaixo das copas não há excluídos, aquele é o bálsamo da liberdade e democracia com frescor e sombra.

A plenitude da natureza é um desafio que a humanidade quer controlar e submeter a suas necessidades. Sua beleza é selecionada e moldada em simulacros de terrários gigantes, presenteada e nomeada a personalidades, seja sob a forma de praças, parques, corredores verdes, áreas de preservação permanente ou reservas, pois a premissa humana consiste em conter e controlar.

Então, nas instituições acadêmicas não cabe mais o ensino engessado; vivenciar a natureza é restabelecer a conexão ancestral. Vale lembrar que os indivíduos são a natureza, embora a natureza não se reduza ao indivíduo.

Antes do surgimento da humanidade, a natureza já estava presente e em evolução, plenitude e beleza. Silenciosa, generosa, concede àqueles que agridem sua existência a possibilidade de redimir suas ações de forma a não sucumbir. Ainda assim, a fraqueza humana consiste em acreditar que essa generosidade e paciência são eternas. A retaliação vem, não por vingança, mas complacente com a inocência humana em achar que pode empurrar montanhas com palitos de fósforo.

A cidade torna-se um arcabouço de ações e justificativas. Leis, decretos, sindicatos e grupos criam regras e carregam os verbos ‘planejar’, ‘preservar’, ‘manter’, ‘restaurar’, ‘qualificar’, ‘requalificar’ ou ‘sustentar’, mas o que une todos os atos é uma agressão à natureza e ao indivíduo.

A natureza alerta que o passado é o combustível da mudança, e a memória é a consciência dos acertos e equívocos. Apagar o passado é a certeza de repeti-los, e a cidade garante maestria em perpetuar ações contrárias à própria existência, a maior delas sendo a garantia da desigualdade social.

Tornar-se “Natur.vismo” é fazer parte como indivíduo, coexistindo com a natureza no espaço urbano, um ser uno.

Considerações finais

A discussão sobre natureza, pessoas e cidade é emergente e necessária para a sobrevivência humana. As questões e diretrizes ambientais devem percorrer as decisões em detrimento do lucro e das vicissitudes das áreas, seja no campo científico, prático ou existencial.

O Natur.vismo se propõe a evidenciar as práticas políticas e científicas no ambiente urbano com o protagonismo da natureza, entendendo que as pessoas são parte integrante desse universo, e não polaridades defendidas diante de necessidades ou pontos de vista. Para isso, Latour (2008) introduz a crítica da concepção de que a natureza está separada da sociedade, e Wilson (1984, 2018) reflete que a vida humana está conectada com a natureza pela evolução genética e cultural na sociedade.

Por fim, o Manifesto da Natureza se propõe como uma narrativa, e eleva a natureza ao protagonismo, tal como o indivíduo se coloca, ao se apropriar dos recursos naturais e justificar as ações contrárias a seu próprio bem-estar e, conseqüentemente, sua existência.

Notas

1. Em 22 de maio de 2023, Simon Stiell faz uma declaração na ONU sobre a necessidade de transformar a abordagem da mudança climática e da biodiversidade pelo fortalecimento e cooperação com os povos e comunidades, de modo a reverter o declínio climático com mudança de mentalidade e envolvimento do conhecimento empírico dos povos originários sobre preservação. Fonte: <https://unfccc.int/news/simon-stiell-we-need-to-transform-the-approach-to-climate-change-and-biodiversity>. Acesso em 09/jun/2023.
2. O uso da expressão ‘grupo hegemônico’ refere-se às instituições privadas ou públicas que detêm o controle e a capacidade de interferir ou decidir sobre os espaços das cidades. Inclui nesse entendimento pessoas que podem definir leis e decretos influenciados por necessidades excludentes da população e que têm como objetivo o lucro ou a perpetuação do controle e poder, assim como pessoas ou grupos que, pela posse do território, podem interferir na vida das pessoas, seja pelo controle da mão de obra ou especulação.
3. “O espaço liso é um campo sem condutos nem canais. Um campo, um espaço liso heterogêneo, esposa um tipo muito particular de multiplicidades: as multiplicidades não métricas, acentradas, rizomáticas, que ocupam o espaço sem ‘medi-lo’, e que só se pode explorar ‘avançando progressivamente’ “. (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p.31).
4. A operação morfológica *portmanteau* consiste em sobrepor duas bases (palavras), com perda de material fonético. (BRAGA, PACHECO, 2019).

5. Tradução livre do autor. Texto original: “[...] *los avances en la conservación se han subordinado también a los caprichos y las necesidades sociales a corto plazo.*” (WILSON, 1984, p.200).

6. O termo HIPPO é uma sigla formada pela soma da primeira letra das palavras em inglês: H - *Habitat Destruction*, I - *Invasive Species*, P - *Pollution*, P - *Population* e O - *Overharvesting* (WILSON, 2008).

Referências

BRAGA, Emerson Viana; PACHECO, Vera. Balanceamento do Número de Sílabas e Haplologia atuando no processo do Portmanteau. Id on line **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 13, p. 13, 2019.

DELEUZE, Gilles ; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Bauru: EDUSC, 2004.

MORAES, Ágatha; PARAGUAI, L. Street-art: Objects-resistance. *DAT Journal*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 60–68, 2019. DOI: 10.29147/dat.v4i2.130. Disponível em: <https://datjournal.anhemi.br/dat/article/view/130>. Acesso em: 14 aug. 2023.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo. 2007.

WILSON, Edward Osborne. **Biofilia: el amor a la naturaleza o aquello que nos hace humanos**. (Título original: *Biophilia*, 1984). Madri: Errata Naturae, 2021.

WILSON, Edward Osborne. **O sentido da existência humana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Recebido: 20 de julho de 2023.

Aprovado: 16 de agosto de 2023.